

Curitiba e o legado industrial: reflexões sobre o patrimônio industrial curitibano e a sua descaracterização

Curitiba and the Industrial legacy: reflections on Curitiba's industrial heritage and its mischaracterization

253

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Andre Fabricio Silva¹
Daiana Marsal Damiani²
Gabriella Perazza³

DOI 10.26512/museologia.v13i26.53948

Resumo

Curitiba tem em sua história uma íntima relação com o processo de industrialização ocorrida no Brasil a partir do final do século XIX. Entretanto, parte desse passado, e dos vestígios que ainda se fazem perceptíveis, estão em estado de abandono ou apagamento. Sendo assim, este artigo tem por objetivo realizar uma investigação sobre o passado industrial da cidade de Curitiba, suas histórias e patrimônios ligados ao processo de urbanização e industrialização, com o objetivo de discutir a importância da preservação do patrimônio industrial. Utilizaremos como estudo de caso a fábrica Matte Leão, a fim de explorar o legado cultural e patrimonial dos espaços industriais, entendendo que a sua proteção se relaciona com a própria preservação de uma parte da história da cidade, reconhecendo o patrimônio industrial como um campo de pesquisa e atuação que atinge, concomitantemente, a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais no tecido urbano.

Palavras-chave

Patrimônio Industrial; Curitiba; Fábrica Matte Leão.

1 Professor contratado no curso de Museologia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - UNIRIO/MAST. Pós-Graduado Lato Sensu em Educação Patrimonial pelo Instituto de Pesquisa Pretos Novos em parceria com FATECPR. Licenciado em História e Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Atua nas áreas da Museologia, pesquisando as relações da Museologia com as mídias digitais e a virtualidade; as emoções patrimoniais, com ênfase nos usos políticos dos patrimônios por grupos sociais vítimas de desastres; os patrimônios industriais; educação patrimonial e teoria museológica.

2 Bacharela em Museologia (2023) pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Museóloga do Museu do Holocausto; atua na área da Museologia, pesquisando sobre o Patrimônio industrial e as relações de trabalho; documentação/conservação de bens em suporte em papel voltado à memória institucional de empresas e outras instituições.

3 Bacharela em Museologia (2024) pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Restauradora na Biblioteca Pública do Paraná; atua na área de Museologia, pesquisando relações e diálogos entre Patrimônio, Cidades, Memória e Identidade.

Abstract

Curitiba has in its history an intimate relationship with the industrialization process that took place in Brazil from the end of the nineteenth century. However, part of this past, and of the vestiges that are still perceptible, are in a state of abandonment or erasure. Therefore, this article aims to investigate the industrial past of the city of Curitiba, its histories and heritage linked to the process of urbanization and industrialization, with the objective of discussing the importance of preserving the industrial heritage. We will use as a case study the Matte Leão factory, in order to explore the cultural and patrimonial legacy of the industrial spaces, understanding that their protection is related to the preservation of a part of the city's history, recognizing the industrial heritage as a field of research and action that reaches, concomitantly, the memory of the work, the establishment and protection of collections and the presence of industrial buildings in the urban fabric.

Keywords

Industrial Heritage; Curitiba; Matte Lion Factory

A valoração dos bens culturais sob o olhar do Patrimônio Industrial

Ao longo do tempo, as categorizações e qualificações socialmente construídas para o conceito e os significados de “patrimônio” evoluíram e se adaptaram às mudanças culturais, sociais, econômicas e legais que o cercam. Dessa forma, observamos que a preservação dos bens culturais se estabelece como uma questão contemporânea, que de certa maneira propiciou a universalização de valores e práticas patrimoniais (Choay, 2006). Ao mesmo tempo, é possível considerar que as conceituações patrimoniais tenham desenvolvido uma narrativa própria, uma racionalidade, com métodos e teorias que se desdobraram em uma série de procedimentos no que tange ações práticas de proteção dos bens culturais. À vista disso, podemos apreender que a categoria patrimônio industrial enquanto uma tipologia patrimonial está intrinsecamente relacionada com a sociedade contemporânea e os debates estabelecidos em torno dos processos de valoração dos objetos patrimoniais

Nesse universo de transformação, o patrimônio passa a ser compreendido no Ocidente como uma construção social que surge no início da Modernidade, acompanhando o processo de civilização produzida na configuração dos Estados Modernos, “ao defender a existência de uma herança pública a ser preservada para o futuro” (Zanirato, 2018, p. 10). Na sua gênese, o patrimônio cultural foi valorizado sob seu aspecto material, a exemplo dos monumentos, igrejas, centros históricos, bens tangíveis que apresentam características históricas, artísticas, paisagísticas, arqueológicas e/ou arquitetônicas. Caracterizam-se por possuírem um valor documental, ideia esta que irá se consolidar no início do século XX, principalmente com as contribuições de Alois Riegl (1984) ao tratar do valor documental dos monumentos em sua obra “O culto moderno dos monumentos”, lançando um olhar inovador, tanto teórico quanto prático, para a preservação, defendendo que os monumentos históricos são obras humanas com certa antiguidade, trabalhando alguns conceitos de valores dos monumentos e sua evolução na história.

A concepção de monumento dentro do campo do patrimônio se amplia ao longo do século XX, demonstrando que a ideia de monumentalidade está vinculada ao processo de valoração que se expande para além da ideia de valor histórico, artístico e de antiguidade. Podemos observar esse deslocamento, por

exemplo, na Carta de Veneza⁴, fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos (ICOMOS), realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, um marco de abertura e expansão de discussões acerca da inclusão de elementos culturais e históricos no eixo patrimonial, definido em seu 1º Artigo que:

(...) A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural. (...) (Carta de Veneza, 1964)

No processo temporal, ao observamos os objetos culturais na lógica patrimonial, vemos que estes abrandam seu valor funcional para o qual foram inicialmente designados, sendo-lhes atribuídos novos valores, intrínsecos ou extrínsecos, passando a ter uma nova funcionalidade: a patrimonial. Movidos por uma “vontade de memória” (Nora, 1993), os indivíduos passam a eleger determinados objetos como patrimônio, rememorando o passado a partir do presente. Podemos apreender a partir dessas observações que os valores não emanam dos objetos, são atribuições. O valor patrimonial eclode no campo relacional, estabelecido entre os sujeitos e os objetos. No contato com a materialidade, projetam e rememoram vivências passadas e experimentam as tensões entre o esquecer e o lembrar. Esse movimento se insere na lógica patrimonial que envolve o processo de classificação do objeto patrimonial.

Esta, relaciona-se ao processo de inventário e organização dos objetos, constituindo-se como elemento central de valoração, atribuindo a eles o “título” de patrimônio, implicando na sua salvaguarda. As atribuições, que expressam uma lógica classificatória, a princípio se instituíram no espectro da perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu (2012), produzindo categorizações sociais interpretadas por um grupo delimitado de especialistas que definiam, e ainda definem, o que deve ser classificado ou não como patrimônio⁵. Essas operações revelam a reprodução da lógica da perpetuação e aumento do capital social sobre a lógica de manutenção de um pensamento discriminatório de relação de poder implementando de cima para baixo.

Tais relações se tornam mais conflituosa quando a classificação se insere na mudança dos usos de determinados espaços categorizados como patrimônio, tendo implicações de forma direta nos sujeitos que ocupam esses espaços. Todo processo instituído sob a lógica da perpetuação do capital social parece sofrer algumas rupturas, enquanto os movimentos delineados pela disputa patrimonial oferecem novas narrativas na percepção sobre os processos de valoração. Essa percepção será destacada por Daniel Fabre nos casos patrimoniais de classificação na França e em parte da Europa, entendendo a classificação do patrimônio como um instrumento de resistência no embate sobre os usos afetivos sobre os lugares e os objetos (Fabre, 2016, p. 56-57). Esse movimento será aprofundado por Nathalie Heinich, não no sentido de compreender a classificação, por meio do inventário, como um instrumento de resistência, mas como um processo que

4 Elaborada no âmbito do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, ocorrido em maio de 1964, na Itália. Disponível em: <https://bit.ly/3vnSKXb>. Acesso em 11 mai. 2024.

5 O sociólogo Pierre Bourdieu vai compreender o “campo” como um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas. Ao mesmo tempo, é influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. Constitui-se como um espaço de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições (Bourdieu, 2012).

caminha na transformação da ideia de monumentalidade, das categorias patrimoniais, que se relacionam com a valoração que se dá a determinados objetos (Heinich, 2014).

As mudanças, segundo a autora, vão se estabelecer a partir da década de 1970, momento em que os profissionais ligados ao trabalho de inventário do patrimônio francês passam a estender o seu olhar investigativo sobre o patrimônio para além da categoria patrimoniais monumentais, como igrejas, castelos e mansões. Denominados por Heinich de “patrimônios involuntários”, as fazendas, as casas, pequenos objetos encontrados como crucifixos, *lavoirs* (tanques de água de uso público coletivo), passam a figurar na lógica de patrimonialização. Tal movimento irá provocar um deslocamento de análise dos objetos a partir do momento que se distanciam das visões padronizadas do patrimônio e são valorados pelos aspectos das subjetividades e das emoções. Os objetos “involuntários”, ao adentrarem no campo de análise dos inventários, enquadram-se na mesma categoria de patrimônio e, conseqüentemente, na lógica de salvaguarda dos patrimônios monumentais.

Segundo Heinich, o processo de valoração perpassa duas condições que definem a categorização dos objetos: a primeira se refere a “comunidade de pertencimento”, de forma que não se pode valorar um objeto sem compreender a relação com a sua comunidade de pertencimento; a segunda diz respeito a “perenidade de seu valor” (Heinich, 2014, p.6). É sobre esse ponto que a autora vai refletir sobre os processos de inventário e valoração de um objeto que se apoiam em critérios de valores subjetivos como a beleza, autenticidade e os seus sentidos “hermenêuticos”. Nesse processo de designação/valoração do patrimônio, o território cumpre uma importante etapa de fixação das lembranças, porque o sujeito reconstrói suas memórias se estas estiverem vinculadas a determinados ambientes (Halbwachs, 1976). Os vínculos sociais com os territórios contribuem na consolidação, constituição e reconstrução das memórias coletivas e sociais dos sujeitos e das suas identificações.

É neste contexto de transformação das narrativas patrimoniais que vemos emergir as discussões voltadas para sociedade industrial. É a partir da década de 1970 que o patrimônio industrial se torna uma pauta junto aos debates em torno da ampliação dos conceitos de patrimônio e da própria ideia de monumentalidade. A princípio, as reflexões têm suas raízes na Revolução Industrial dos séculos XVIII ao XIX, que trouxeram mudanças profundas na produção, transportes e demais dinâmicas da sociedade: fábricas, minas, ferrovias e outros locais industriais começam a fazer parte das paisagens e ações cotidianas, desempenhando um papel fundamental nesse movimento e configurando um novo campo de investigação relacionado a memória do trabalho. Como destaca Cristina Meneguello (2011), constitui-se dos processos de construção de conhecimento mediante técnicas de produção, organização e sociabilidade dentro e fora das indústrias. Além disso, forma-se a partir da sua dimensão nas “edificações industriais na trama urbana” (Meneguello, 2011, p. 1819), do seu valor imaterial ligado à memória dos trabalhadores (as rotinas, os saberes, as práticas e movimentações cotidianas) e acervos de tipologias variadas que os configuram, como arquitetura, maquinário, ferramentas etc.

Observamos, dessa forma, a Inglaterra como pioneira de um movimento pela proteção dos “vestígios da Revolução Industrial”, uma vez que o país possuía os principais exemplos de transformação propiciada pelo acelerado processo de industrialização. Porém, Eduardo Romero de Oliveira vai destacar que esse movimento irá ganhar adeptos em diversas regiões da Europa e América,

questionando assim o paradigma cronológico de que a “revolução” industrial e o consequente processo de transformação social causada pela mesma tenha se destacado apenas na Inglaterra (Oliveira, 2017). Dessa forma, vemos que a importância da identificação e proteção dos vestígios industriais ganhou destaque com os desenvolvimentos de diversos trabalhos desenvolvidos por profissionais da área do patrimônio. Desses avanços, irá surgir um importante órgão centralizador das discussões sobre o tema, o *The International Committee of the Conservation of the Industrial Heritage*, criado em 1977, a partir dos debates realizados na *First International Conference for the Conservation of the Industrial Heritage*, realizado em Ironbridge, England, em 1973 (Oliveira, 2015).

Dentro deste órgão foi criado um importante documento voltado para a preservação do patrimônio industrial: a Carta de Nizhny Tagil (2003). Aprovada em assembleia geral do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) a Carta de Nizhny Tagil, posteriormente apresentada ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) para sua ratificação e aprovação pela Organização das Nações Unidas (UNESCO), tem como principal objetivo recomendar que os exemplares mais significativos e característicos do período industrial devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com as prescrições indicadas pela Carta de Veneza (1964).

Ela irá definir a categoria Patrimônio Industrial como campo que:

(...) compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (...) (Carta de Nizhny Tagil, 2003)

O reconhecimento da importância histórica e cultural do patrimônio industrial foi de extrema relevância para pensar os seus meios de identificação e preservação, que se manifestou de diversas maneiras. Ao firmar a Carta, a Conferência de 2003 do TICCIH estabeleceu a importância fundamental de todos os edifícios e estruturas construídos para as atividades industriais, os processos e ferramentas utilizadas e a paisagem em que se inscrevem, defendendo a preservação das manifestações que os envolvem.

À medida que a conscientização sobre o valor do patrimônio industrial cresceu, houve esforços para preservar os locais industriais e adaptá-los a novos usos. Um marco importante foi a criação de museus industriais, que começaram a aparecer no século XIX. A Grã-bretanha foi o primeiro país a inventariar seus patrimônios industriais, criando em 1962 a *Industrial Monuments Survey*, que se detinha em inventariar os patrimônios industriais do país, criando, no ano seguinte, em 1963, o *National Record of Industrial Monuments (NRIM)*, órgão responsável por elaborar parâmetros de preservação desses espaços. Mesmo com isso, a sensibilização sobre a importância desse patrimônio foi pequena. Durante as décadas de 1960 e 1970 na Europa houve tentativas de preservação desses patrimônios utilizando-se do método descritivo, sobre as atividades e objetos ligados aos espaços industriais ao invés da preservação dos objetos, consistindo principalmente em inventariar, descrever equipamentos e métodos de produção, pois, de acordo com Andrea Carandini, “o que se deve estudar não são as coisas e sim homens e relações sociais” (Carandini, 1979, p 249).

No território ao sul, os cenários eram outros. A América Latina só apresenta preocupações efetivas em torno das questões de preservação do patrimônio industrial nas últimas duas décadas, como consequência da destruição em massa que tem recaído sobre os vestígios dos processos de industrialização. O Brasil, diferente dos outros países do grupo, vai ser pioneiro no reconhecimento do seu patrimônio industrial, tombando em 1938, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN - primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro), a Fábrica de Ferro Patriótica de São Julião, Minas Gerais (Inscr. n.º 72, de 30/06/1938), antes mesmo da própria UNESCO reconhecer, em 1978 na Polônia, a *Wieliczka Salt Mine* como patrimônio industrial mundial (Oliveira, 2017).

Apesar desse pioneirismo, somente 30 anos depois seria tombado um outro espaço fabril brasileiro, a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema⁶ em 1968⁷. Infelizmente, desde então, poucos espaços de cunho industrial foram identificados e protegidos pelo Governo Nacional, inviabilizando bens, como indica o Art. 216 da constituição brasileira de 1988 “[...] de natureza material e imaterial, [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Quando observamos os aspectos sociais que envolvem os processos de industrialização e o seu entendimento enquanto patrimônio, é importante considerar que o olhar sobre o patrimônio industrial não se refere somente ao bem material em si, mas também à dimensão da preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores, envolvendo o conhecimento de técnicas e rotinas de produção, de organização social, dentro das fábricas e nos bairros envolta. Com isso, é possível destacar que a associação entre as indústrias e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão imaterial da experiência industrial, que se caracteriza pelos saberes, pelo cotidiano do trabalho, práticas e memórias que também sofrem um processo de apagamento pela ausência de políticas de valorização do patrimônio industrial.

A partir do momento em que os processos de valoração são direcionados ao legado industrial, surge uma série de práticas museológicas e patrimoniais para a salvaguarda dos bens frutos do processo de industrialização. Com isso fábricas, equipamentos industriais, territórios, modos de fazeres, passam a se estabelecer como elementos representativos de uma memória que deve ser preservada. Vemos assim a institucionalização de diversas práticas patrimoniais que ressignificam os espaços industriais. Podemos citar a primeira experiência ecomuseológica que irá propor uma mudança nas práticas e tipologias museológicas, ao pensar todo um território como espaço de ações museológicas. Esse movimento vai ocorrer na região da Borgonha, na França, onde foi criado o *Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines*, primeiro ecomuseu a ser reconhecido, criado em 1974, e até hoje se beneficia cultural e economicamente da produção

6 Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Disponível em: <https://bit.ly/3vxBw9C> . Acesso em 11 mai. 2024.

7 Eduardo Romero de Oliveira vai trazer um importante dado sobre os diversos bens industriais protegidos no Brasil. Os processos de valoração, em sua maioria, enquadram-se dentro da narrativa de proteção patrimonial inicialmente implantada no Brasil que via como bem patrimonial àqueles ligados ao período colonial. Dessa forma, destaca que os monumentos industriais protegidos pelos órgãos de proteção, se vinculam ainda ao legado colonial, como: “o Engenho Matoim, de 1584 (Candeias, Bahia); o Engenho Freguesia do Século XVII (Candeias, Bahia); o Engenho de Erasmos, de 1600 (Santos, São Paulo); a Real Fábrica de Ferro de Ipanema, de 1818 (Ipanema, São Paulo); a Fábrica de tecidos São Luiz (Itú, São Paulo); a Fábrica de Ferro Patriótica, de 1812 (Ouro Preto, Minas Gerais) e a Fábrica Santa Amélia, de 1892 (São Luís, Maranhão). (Oliveira, 2017, p.315).

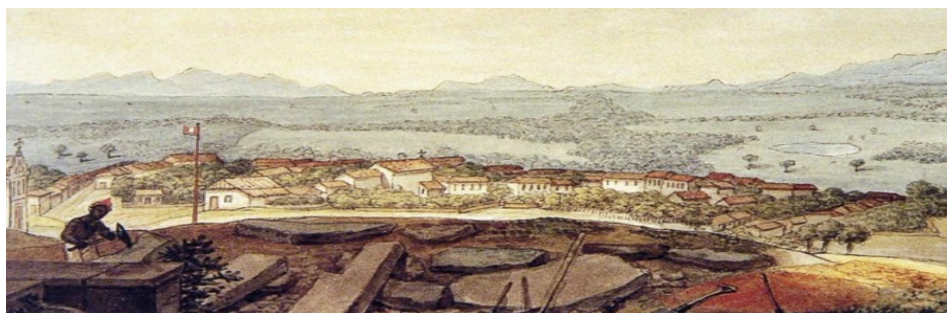
industrial local. Dessa forma, observamos que a relação com a indústria é parte da vida dos cidadãos da Borgonha. Elas irão contribuir, a partir da iniciativa de Marcel Évrard, para a consolidação do ecomuseu, estabelecendo-se a partir da ocupação do antigo castelo do Cresot, símbolo da indústria local, reapropriando-se do patrimônio de acordo com uma gramática museal, em que o discurso sobre a arte iria se misturar com aquele sobre a história industrial local (Brulon Soares, 2015).

Podemos observar o reconhecimento do patrimônio industrial em outros países, como Portugal, em que o abandono da atividade industrial foi, em alguns momentos, acompanhado pela realização de estudos e intervenções arqueológicas em espaços industriais, muitas vezes associados a processos de classificação e projetos de revitalização urbana, permitindo a criação de novos espaços culturais e museológicos. Esse movimento, segundo Ana Cardoso de Matos e Maria da Luz Sampaio (2014), irá se desdobrar, a partir dos anos 1980, em uma ampla ação museológica de modo a designar novas práticas que as autoras nominam como “Museologia Industrial” ou a “museologia dos fenômenos industriais”. Com isso, surgem diversos museus como o Museu da Electricidade e o Museu da Água em Lisboa. Temos a experiência de resistência de bairros operários, como o bairro operário da Fábrica Social da Fontinha, na cidade do porto, ao se organizarem para a preservação da memória local, contribuindo para a construção de uma nova mentalidade social que transformará o espaço local, constituindo-se como um recurso turístico na cidade do Porto, alargando e diversificando a oferta cultural (Neves, 2016).

Diante das reflexões apresentadas, voltamos o nosso olhar para a cidade de Curitiba, cuja história tem uma íntima relação com o processo de industrialização ocorrida no Brasil a partir do final do século XIX. Entretanto, parte desse passado e dos vestígios que ainda se fazem perceptíveis, sofre ameaça de abandono ou esquecimento. Sendo assim, pretendemos realizar uma investigação histórico-patrimonial sobre as principais fábricas e locais relacionados ao passado industrial na cidade de Curitiba, suas histórias e patrimônios ligados ao processo de urbanização da cidade, visando propor algumas reflexões a partir do entendimento que embora bens patrimoniais industriais carregam consigo importantes elementos vinculados à memória da cidade, ao processo de formação dos bairros, as formações identitárias, à cultura do trabalho e toda a sua dinâmica social, não tem a devida atenção por parte dos órgãos de proteção nacional e, principalmente, estadual e municipal, fazendo com que parte dessa memória se perca.

Curitiba e o legado industrial

Figura 1: Aquarela pintada por Jean-Baptiste Debret em 1827. Nela, destaca-se um trabalhador negro e ao fundo a representação da cidade de Curitiba.



Fonte: Nanu. Disponível em : <https://encurtador.com.br/kDZ6h>.

A imagem anterior é o registro visual mais antigo conhecido da cidade de Curitiba. Creditada a Jean Baptiste Debret, a imagem mostra a cidade vista do Alto São Francisco, próximo do que viria a ser a Praça Garibaldi. Local que na época oferecia uma vista privilegiada da cidade, com a Serra do Mar ao fundo. Em primeiro plano, vemos a construção da Igreja de São Francisco de Paula, que nunca chegou a ser concluída e estaria hoje onde restam as ruínas de São Francisco. A única pessoa presente na imagem é o operário, negro escravizado, que trabalha na construção. Para além da representatividade que a imagem nos traz, ao colocar em destaque a figura de um negro, demonstrando que em Curitiba também se estabeleceu o processo de colonização escravocrata, fato que diversos movimentos tentaram, e ainda tentam, ocultar – movimentos estes que serão analisados mais à frente –. Importa destacar que, em meados do século XIX, a cidade ainda se estabelecia como genuinamente rural. Não ocorreu o processo de expansão urbana como observados em diversas formações territoriais coloniais no Brasil, que no estado do Paraná se concentraram nas regiões litorâneas.

Os primeiros relatos sobre a cidade vêm de quando ainda era uma vila caracterizada por campos e pequenas propriedades agrícolas, como é possível perceber no relato de Auguste de Saint-Hilaire em 1820:

Curitiba mostra-se tão deserta, no meio da semana, quanto a maioria das outras cidades do interior do Brasil. Ali, como em inúmeros outros lugares, quase todos os seus habitantes são agricultores que só vêm à cidade nos domingos e dias santos, trazidos pelo dever de assistir à missa (Saint-Hilaire, 1978, p. 71).

Essa característica rural vai ser predominante até o início do século XX. Por volta de 1830, surge uma nova atividade e grupo social que impactará nas questões econômicas da cidade: a erva-mate. O crescimento da comercialização da erva vai propiciar a criação de uma elite social constituída pelos exportadores de erva-mate, estes que muito contribuíram para que o estado se emancipasse de São Paulo em 1853.

O processo de modernização da cidade se dará a partir da construção da estrada de ferro, a Ferrovia Paranaguá – Curitiba, inaugurada em 1885. Foi a partir desse empreendimento que houve maior facilidade de importação e exportação de produtos que contribuíram para o surgimento de novas atividades econômicas de suporte à erva-mate, como a produção madeireira e seus derivados. Deram o pontapé para a industrialização da cidade, em decorrência da proximidade com as linhas férreas e rios que permitiam descarte dos resíduos industriais. As mudanças estruturais na cidade podem ser vistas nos relatos de Nestor Victor:

Quando eu fui para Curitiba, em 1885, nossa capital já tinha proporções avantajadas e entre os exemplares da sua construção, aí já quase que completamente à feição germânica, encontravam-se vários prédios importantes. Já era grande a diferença entre tal edificação e a daminha retardatária Paranaguá, quer pela massa total, quer pelo valor de tantos dos seus espécimes. Delineava-se desde esse tempo uma linda cidade, bem diversa daquela de que fala o engenheiro Taulois, da qual, dizia ele, somente duas ruas se contam em ângulo reto, a da Assembléia (hoje Dr. Murici) e a do Comércio (hoje Marechal Deodoro), afastando-se todas as outras mais ou menos dessa disposição. Em 1900 escrevia o Dr. Sebastião Paraná que Curitiba contava 3.100 prédios, fora os dos arredores, e calculava ter 35.000 habitantes todo o município. (Victor, 1912, p. 73.)

Figura 2: Vista panorâmica de Curitiba, pelo fotógrafo Adolpho Volk, tomada do Alto da Glória



Fonte: Adolpho Volk / Casa da Memória / FCC

As primeiras fábricas que surgiram na cidade fora do eixo erva-mate eram sobretudo negócios familiares, administrados por imigrantes europeus que vinham ao estado do Paraná, fruto do incentivo de políticas migratórias para solucionar problemas de demografia e mão de obra de subsistência. Essas fábricas eram voltadas para produção alimentícia e têxtil, que contratavam sobretudo imigrantes europeus. À população negra cabia trabalhos ligados à agricultura de abastecimento, trabalhos nos latifúndios e atividades ligadas ao artesanato. Com o passar do tempo, esses indivíduos foram adentrando o meio fabril em turnos em que os imigrantes não se sujeitavam.

A maioria desses trabalhadores moravam em vilas operárias próximas às fábricas, muitas vezes sediadas pelos próprios patrões, ou em ocupações periféricas localizadas nas margens da cidade (atualmente na região dos bairros Cajuru, Pinheirinho e Boqueirão). Com a implementação das linhas de ônibus para o transporte público dentro da capital, em 1955, as fábricas começaram a contratar trabalhadores de regiões mais distantes, em que algumas tinham até mesmo fretagem de ônibus para funcionários, como a Fábrica de Fitas Veske⁸ (Boschilia, 2010).

Os operários das fábricas eram quase sempre mistos, embora a grande maioria do sexo masculino. Essa alteração só vai se dar em fábricas de características alimentícias e têxteis, onde a presença feminina era superior. O perfil dessas trabalhadoras era de mulheres imigrantes, menores de idade e de famílias pobres. O trabalho era visto quase como “rito passagem” de curto prazo para conseguirem arranjar dinheiro para o enxoval de casamento. Assim, muitas que casavam, abandonavam os trabalhos nas fábricas (Boschilia, 2010). Somente um percentual muito pequeno continuava, isso no intuito de complementar a renda familiar. Realidade essa que não era a mesma de mulheres negras. Muitas delas trabalhavam até mesmo em dois turnos, em fábricas diferentes para poder levar sustento a suas casas (Boschilia, 2010).

A prática migratória para os grupos europeus vinha acompanhada de uma expectativa de melhoria de vida. Em sua maioria, agricultores que não conseguiam se sustentar no meio rural, em decorrência de grandes latifundiários que acabaram por expulsar os pequenos produtores; e pela recusa de se proletarizar nas fábricas das cidades. Quando chegavam ao Brasil, muitos se frustraram com a realidade em que eram recebidos. Os pedaços de terra não ofereciam estruturas básicas para recebê-los. Muitos acabavam por vender ou

8 Fundada em 1907, pelo imigrante suíço Gustavo Venske, a Fábrica de Fitas Venske era, por excelência, o local de trabalho feminino. Funcionou inicialmente nos fundos de uma loja da família, localizada no Largo da Ordem. Mais tarde, mudou-se para a Rua Conselheiro Laurindo, nas proximidades da Praça Santos Andrade. Em 1938, foi transferida para uma sede definitiva, no Alto da Rua Quinze, construída entre as atuais ruas Ubaldino do Amaral, Reinaldo S. de Quadros e Fernando Amaro. (Boschilia, 2010)

Curitiba e o legado Industrial:
reflexões sobre o patrimônio industrial curitibano e a sua descaracterização.

abandonar seu pedaço de terra e voltar ao seu país. Os que ficavam em solo brasileiro e continuavam nas colônias tinham uma realidade difícil, levando muitos a migrarem novamente agora para as cidades, sujeitando-se à realidade das fábricas que queriam evitar (Nadalin, 2001).

Com a decadência do setor erva mateiro em 1930, a economia curitibana entra em crise e surge uma nova matéria em potencial: a indústria madeireira. As duas atividades propiciaram o desenvolvimento de uma elite social econômica que influenciam políticas comerciais atualmente. Este processo industrial acelerou de maneira indevida o crescimento urbano da cidade. Por volta de 1930 surgiram as primeiras tentativas de criação de planos urbanísticos para a cidade, que hierarquizam a mesma em 3 zonas estruturais que delimitavam o que poderia ou não ser construído, eram elas: Zona I - destinada ao comércio e residências da elite social; Zona II - designada as fábricas e moradias de operários padronizadas (vilas); e Zona III - designada a moradias operárias sem padronização e pequenos sitiantes (Florenzano, 2021).

A partir de 1940 a cidade teve que passar por uma nova remodelação decorrente do aumento populacional, que gerava superlotação de algumas zonas. Assim sendo, em 1943 é instaurado o primeiro plano diretor⁹ da cidade, que organizava as funções e edificações urbanas a fim de estimular o desenvolvimento da capital, categorizando as áreas por centros setorizados. O plano, em supressum, oficializava alguns bairros como centros industriais, como o caso do Rebouças, mas propunha a saída de diversas fábricas do local, pois eram incompatíveis com a vizinhança (*Ibiden*). Desse modo, muitas fábricas foram obrigadas a se retirarem por questões econômicas e espaciais, o que iniciou o processo de desindustrialização do bairro, deixando inúmeros estruturas abandonadas e trabalhadores desempregados.

Com o constante crescimento populacional e a necessidade de se criar planos urbanísticos, surgiu em 1965 o Plano Preliminar de Urbanismos¹⁰, criado pelo então órgão Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)¹¹, que propunha melhor estruturação das zonas e recomendava a transferência dos bairros industriais para o sul da cidade. Em 1973 surge a Cidade industrial de Curitiba (CIC), fruto do Plano Preliminar, que se localizava ao sul da cidade. A ideia inicial era formar uma região onde pudessem agrupar todas as indústrias da cidade, fomentando o desenvolvimento da mesma, enquanto atraía novas fábricas para a região com o intuito de se fazer gerar um polo industrial no estado do Paraná. Porém, a região era insípida, mesmo com várias concessões fiscais, e terrenos vendidos abaixo do valor de mercado, as fábricas ficavam pouco tempo, decorrente de faltas de estruturas urbanas, o que levou as dívidas fiscais exorbitantes pagas até os dias de hoje (Oliveira, 2001).

Observamos que as indústrias e fábricas foram um ponto de consolidação da cidade de Curitiba. Sobre a industrialização, é importante destacar, conforme aponta Augusta Pelinski Raiher (2021), que determinada região pode sofrer um processo de intensificação local, em que

9 Plano Agache primeiro plano diretor de Curitiba. Disponível em: <https://bit.ly/3RPd4by>
Acesso em 11 mai. 2024.

10 Elaboração do Plano de Urbanismo realizado pelo Ippuc. Disponível em: <https://bit.ly/41Jcll3> . Acesso em 23 out. 2023.

11 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba: cabe a ele orientar, fiscalizar e implementar os planos diretores da cidade. <https://bit.ly/3TNwEHR>

as atividades industriais não se distribuem de forma homogênea ao longo de todo o espaço, concentrando-se em certos pontos, com o objetivo de se beneficiarem das economias de aglomeração. Com efeito, a instalação de determinada indústria em uma região gera feedbacks positivos decorrentes da atração/concentração de mão de obra, da presença de infraestrutura, da concentração do setor de serviços, dos spillovers de tecnologia, os quais reforçam as externalidades locais. (Raiher, 2021, p.57).

Evento este que irá ocorrer na cidade de Curitiba, promovendo a expansão e o desenvolvimento do território que, assim como delimitou a formação de diversas cidades brasileiras, parte da região central da cidade e se expande ao redor. As indústria e fábricas terão, dessa forma, um papel importante para a intensificação local. Com isso, vemos que estes espaços se tornarão rotineiros na vida dos moradores da cidade, principalmente nos principais bairros que irão surgir ou se expandir a partir do início do século XX. Na região central, constamos a incidência de diversas fábricas de menores portes, organizadas por núcleos familiares de imigrantes, apresentando uma diversidade de produtos fabricados. Na Praça Tiradentes, ponto central da cidade, podemos destacar a Fábrica do Café Globo (Figura 3), a Fábrica de Arreios e Sellins – Carlos/ Marty (Figura 4). Na rua XV de Novembro, principal rua da cidade, havia a Fábrica de Brinquedos Jose Gravina e Cia (Figura 5). Além das fábricas de menores portes, havia outras de grande porte, como a Fábrica de Maquinas, localizada no bairro Rebouças (Figura 6); ou a criada pelos irmãos alemães Müller, a Fundação Müller, conhecida como Fábrica Marumby (Figura 7). Criada em 1878, foi um marco do processo de industrialização em Curitiba. A presença alemã ocorrerá em outras partes da cidade, como no bairro Juveve, com a fábrica de bolachas Fabrica Lucinda (Figura 8), ou no bairro Alto da Glória, com a fábrica de pianos Essenfelder, fundada em 1909(Figura 9).

Figura 3: Fábrica do Café Globo - Praça Tiradentes.



Casa da Memória / FCC.

Figura 4: Fábrica de Arreios e Sellins



Casa da Memória / FCC.

Curitiba e o legado Industrial:
reflexões sobre o patrimônio industrial curitibano e a sua descaracterização.

Figura 5: Fábrica de Brinquedos Jose Gravina e Cia. [Rua XV de Novembro,6] criança com brinquedos.



Casa da Memória / FCC.

Figura 6: Fachada da Fundação Mueller e Filhos - Fabrica Marumby, de 1928.



Fonte: Curitiba e Paraná em fotos antigas. Disponível em: <https://encurtador.com.br/axOPS>

Figura 7: Escritório da Fábrica Lucinda, de bolachas no bairro Juvevê em Curitiba. Ao fundo, Paulo Groetzner [de boina] o fundador e seu filho Alois [ao lado direito: Década de 1920.



Casa da Memória / FCC.

Figura 8 : Fabrica de Pianos - Fundos - Campos Salles.



Casa da Memória / FCC.

Figura 9: O Engenho Tibagi do barão do Serro Azul, em foto de 1885. O terreno em primeiro plano, que aparece com erosões, é a atual Pracinha do Batel.



Foto:Arquivo Cid Destefani

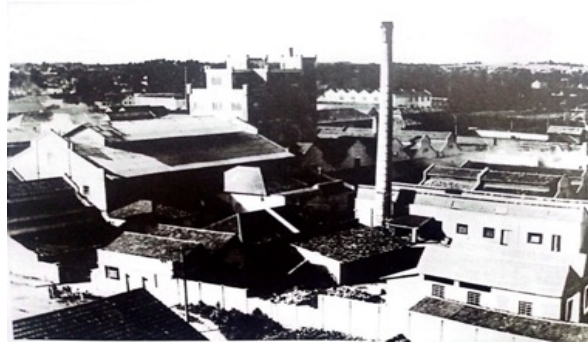
Figura 10: Engenho Tibagi em foto de 1910, pertencente à família Fontana. Na ocasião, um carregamento de mate para exportação feito em bondes de mulas.



Foto:Arquivo Cid Destefani

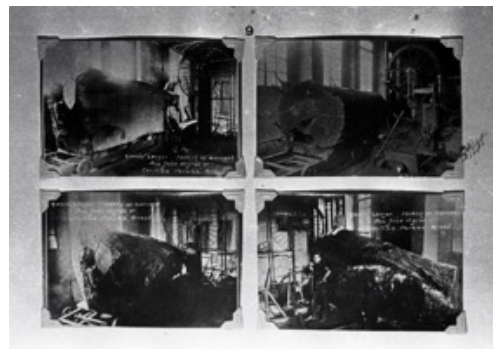
Algumas regiões serão valorizadas pelo surgimento da indústria de erva-mate, como o bairro Batel. Uma figura importante nesse processo será Ildelfonso Pereira Correia, mais conhecido como o Barão do Serro Azul, que irá colocar Curitiba como a principal beneficiada pela economia do Mate. O barão investiu em um pequeno engenho existente no bairro, o Engenho Iguaçu, construindo em seguida o Engenho Tibagi. Dessa forma, entre 1870 e 1940, o bairro do Batel teve o seu desenvolvimento lastreado na indústria da erva-mate, cujo maior produtor do mundo foi o barão, assim como o maior exportador do Paraná (Destefani, 2013).

Figura 11 :Vista do bairro Rebouças em 1930.



Fonte:Acervo Humberto Mezzadri.

Figura 12: Fábrica de Machinas no Bairro Reouças..



Fonte: Roberto Langer: Casa da Memória / FCC

Dos bairros que tiveram a presença industrial, um irá se destacar como a maior área de Curitiba, por ser criado com o propósito de abrigar diversas fábricas. Esse fato se deve principalmente devido à construção, como destacado anteriormente, da estação ferroviária, inaugurada em 1883. Sua localização estratégica irá impulsionar o desenvolvimento da região que passou a ser conhecida como Vila Iguaçu, mais tarde Rebouças, nome que detém atualmente (Florenzano, 2022). A importância da estação no escoamento de produtos irá fazer com que a região fosse ocupada por fábricas e armazéns, transformando o território no centro industrial da cidade de Curitiba. O bairro foi crescendo e se desenvolvendo dentro da lógica industrial. Assim, os traçados urbanos, as construções eram feitas a partir da demanda, principalmente com as crescentes moradias construídas para os operários e estabelecimentos comerciais. Irá dinamizar o transporte, uma vez que o aumento no número de operários e fábricas irá fazer com que tornasse mais presente os bondes (*Ibidem*).

Assim como no Batel, a princípio vigorou no bairro a indústria do Mate e logo depois se consolidaram atividades industriais diversas como de serrarias,

Curitiba e o legado Industrial:
reflexões sobre o patrimônio industrial curitibano e a sua descaracterização.

barricarias, metalurgia, cervejaria, fósforos, dentre outros. Na região irão se estabelecer fábricas conhecidas nacionalmente como a produtora de ervas Leão Junior, a de fósforos Fiat Lux e a cervejaria Atlântica, que se tornaria a cervejaria Brahma.

Figura 13 : Pavimentação da Avenida Ivai (atual Getulio Vargas) em 1949. Em primeiro plano, a esquina com a R. João Negrão. A esquerda, a ervateira Leão Jr. A direita, a Cervejaria Brahma.



Fonte: Acervo Casa da Memória

Figura 14: Vista aérea da antiga fábrica de cerveja Atlântica (atual Brahma), na Av. Iguaçu, na década de 1960.



Foto: Acervo Casa da Memória

Figura 15: Anúncio da Fábrica Paranaense de Fósforos.



Acervo Casa da Memória/ FCC

Diante das análises aqui destacadas, podemos apreender que a constituição da cidade de Curitiba, o delineamento do seu território, esteve intimamente vinculada ao processo de industrialização que ocorreu na cidade a partir do final do século XIX e início do XX. A dinâmica da cidade foi estabelecida pelos reflexos causados pelas indústrias, seja na formação dos bairros, na modernização da cidade, na dinâmica identitária dos bairros operários, dos processos de imigração, da elite aristocrática que se e se beneficiou da mão de obra dos operários. Porém, com o processo de desindustrialização e abandono desses espaços industriais, principalmente provocado pelos sucessivos planos diretores que irão culminar na criação da cidade industrial, resultando em uma lacuna histórica para a cidade de Curitiba, pois “perdemos muito cada vez que nosso patrimônio é demolido, descaracterizado ou mutilado. É como se apagassem uma página de nossa história. São danos irreversíveis” (Kühl, 2004).

O bairro Rebouças se enquadra na lógica do abandono, principalmente dentro dos debates patrimoniais, por ser uma área que foi majoritariamente habitada por operários. Conforme relata Iaskara Florenzano (2022), houve uma tentativa de modificação das características do bairro nos anos de 1970 a partir de projetos que buscavam modificar o zoneamento do bairro, a partir da atração de novos moradores, que não se efetivaram. Com isso, a saída das fábricas, principalmente para o novo distrito industrial, fez com que diversos imóveis e espaços ficassem em situação de abandono, desdobrando-se em um contínuo processo de apagamento da memória do bairro. Dessa forma, todo o patrimônio industrial do Rebouças, que se apresentam na sua materialidade e imaterialidade histórica, como a paisagem, os vestígios históricos, sociais, culturais, tecnológicos, científicos, as relações de vizinhança, os saberes, que emergem dessa vivência da cultura industrial, perde-se a partir do abandono e da não compreensão desses espaços para a formação identitária da cidade de Curitiba. Abandono esse observável na figura 16 e demonstra o processo de apagamento da memória industrial na cidade de Curitiba.

Figura 16 : Reprodução do Diário do Paraná de 1974 e do Jornal dos Bairros de 1979, "apresentando" o Rebouças aos leitores.



Foto: Acervo Casa da Memória

A reflexão que se coloca é se mesmo nos anos 1970 já havia uma dimensão da importância do bairro Rebouças e do legado industrial na cidade, quais políticas públicas na área do patrimônio estavam sendo, e ainda são implemen-

tadas? Se Curitiba teve em seu processo de expansão uma íntima relação com a cultura industrial, e quando observamos as narrativas patrimoniais, elas estão quase sempre vinculadas a uma memória que remete às transformações e consolidação de determinado território, como os órgãos de proteção ao patrimônio veem o legado industrial? Procuraremos esclarecer de forma breve como se estabeleceram as políticas patrimoniais no Paraná, principalmente na cidade de Curitiba, para compreendermos como isso refletirá na proteção, ou não, do patrimônio industrial da cidade.

Cultura e identidade no Paraná: do paranismo a idealização de um setor histórico em Curitiba

A experiência brasileira no que se refere a criação de políticas de conservação do patrimônio cultural vai se aprofundar a partir da década de 1930, contexto em que determinados bens passam a figurar como elemento simbólico da cultura e identidade nacional, vistos como símbolos de poder, cuja preservação expressava um interesse da memória coletiva. Bens estes que consagravam o legado colonial, os “grandes feitos” do Estado, as instituições e classes sociais elitistas, defendendo uma ideia de patrimônio da nação em detrimento de outros referenciais patrimoniais de grande parte da população brasileira.

Conforme destacado, o SPHAN será o primeiro órgão em âmbito nacional a desenvolver tais políticas, cujas práticas serão delineadas pelas discussões estabelecidas pelo movimento modernista brasileiro, que irá criar uma linguagem própria, unindo o tradicional e o moderno na construção de uma ideia de nacionalidade. A intenção era pensar um novo tempo constituidor da nação brasileira. Engajados na realização desse projeto, depositaram uma imensa carga simbólica na materialidade da nação. O barroco ressurgiu nesse momento de modo triunfal, caracterizando a originalidade e independência da cultura brasileira (Silva, 2019). Ao longo do século XX, ocorreu uma evolução significativa na compreensão desse conceito, impulsionada, sobretudo, pelo reconhecimento de que a sociedade é intrinsecamente constituída por diversos grupos sociais com interesses distintos, pertencimentos multifacetados e dinâmicas de conflitos e contradições. Nesse contexto, torna-se evidente que a noção de identidade não pode ser simplificada, percebida como um elemento estático, mas sim como um fenômeno fluido, sujeito a constantes transformações, conforme destacado por Castells (2000, p. 24).

Se no âmbito nacional os modernistas irão se destacar nos processos de valoração do patrimônio, no estado do Paraná, principalmente na cidade de Curitiba, o desejo de atribuir uma unidade cultural, de forjar uma identidade regional, também irá direcionar um movimento de intelectuais “a selecionar especificidades e a buscar elementos que dessem um colorido especial à região” (Kersten, 2000, p. 19). Emerge, a partir desse movimento, na década de 1920, ganhando força na década de 1930, o movimento Paranista, que tinha como objetivo a construção de uma identidade regional para o Estado do Paraná. O movimento contou com participação de intelectuais, artistas e literatos que cultuaram e divulgaram a história e as “tradições” da terra paranaense.

Por meio do Paranismo, o Paraná passou a ser simbolizado por uma série de elementos destinados a expressar a essência do estado e de seu povo. O pinheiro de araucária emergiu como um símbolo da tenacidade do povo paranaense, enquanto a erva-mate representava a solidariedade enraizada em sua

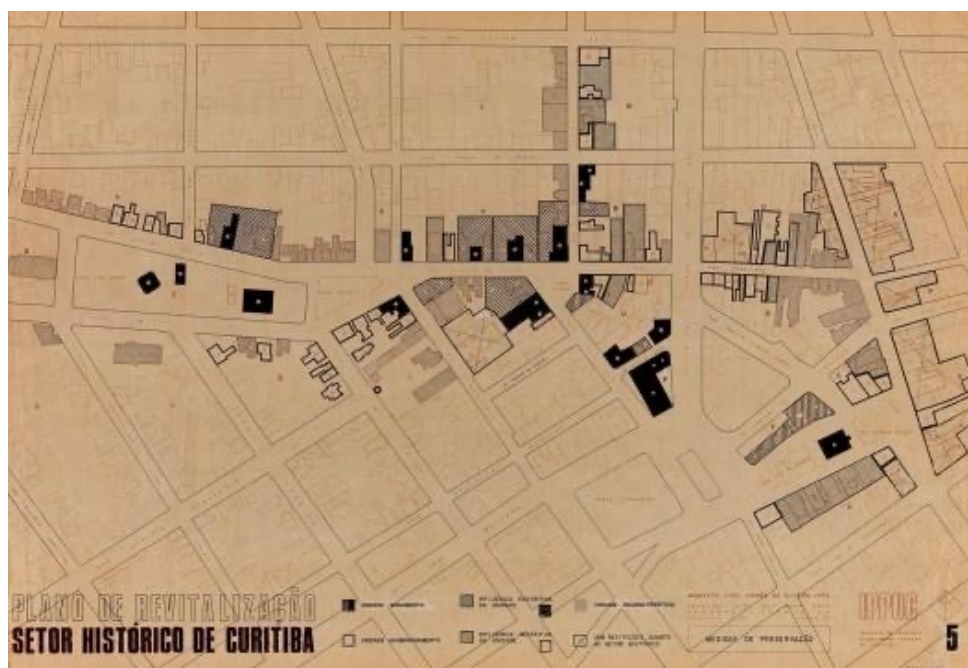
comunidade (Felipe, 2018). Instituições como o Museu do Paraná e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná serão conduzidas visando forjar uma narrativa memorável e uma história capaz de enaltecer o Paraná e unir as diversas etnias presentes no estado. Ambas as instituições proclamavam a existência de um passado compartilhado, destinado a fortalecer a identidade coletiva e a reforçar os laços que singularizavam o paranaense dentro da sociedade brasileira. Será criado em 1935 o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, um órgão consultivo, para atuar na defesa do patrimônio cultural, e em 1948, junto à Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, será criada a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (1948), que visava assessorar o SPHAN na política patrimonial do país. Era um órgão normativo e consultivo, responsável pelo acompanhamento e avaliação da política do patrimônio histórico, artístico e natural estado (Zanirato, 2009).

Importante destacar que um dos principais líderes desse movimento, que teve em suas bases o cientificismo e ideais eugenistas, foi o historiador e jornalista Romário Martins. Dessa forma, a gestão da memória paranaense, empreendida pelos intelectuais do movimento, serviu como estratégia para alicerçar uma identidade paranaense a partir dos imigrantes europeus que chegaram no estado na segunda metade do século XIX, minimizando assim, e apagando, a presença negra da história oficial do estado (Felipe, 2018). Por isso, Curitiba apresenta um histórico de apagamento cultural, negando a presença e a contribuição da população negra. O movimento, de certa forma, buscou mitigar a memória da população negra, vinculada à escravidão, sendo esquecida ou amenizada da história do Paraná. Esse pensamento irá se enraizar nas práticas de proteção ao patrimonial na cidade de Curitiba e irá refletir em outros processos de apagamento, como o legado industrial e as dinâmicas que envolvem a memória do trabalho.

Um marco deste apagamento pode ser observado através dos estudos elaborados por Elizabeth Amorim de Castro e Maria da Graça Rodrigues dos Santos (2021), que irão se debruçar sobre a Política de Preservação e Revitalização dos Setores Históricos Tradicionais, criado na década de 1960 com a finalidade de “resguardar os valores históricos e urbanos de determinadas áreas” e associá-los ao turismo (Castro, Rodrigues dos Santos, 2021, np). A implementação dessas ações, segundo as autoras, irá ocorrer por meio da elaboração do Plano de Revitalização do Setor Histórico, em 1970, e da promulgação do Decreto 1.160/1971 que dispõe sobre o setor histórico de Curitiba. Essas ações irão buscar delimitar uma área de proteção na cidade de Curitiba a partir do levantamento das edificações e classificação delas em unidades monumentos.

Inspirado na Carta de Veneza, que, como observamos neste texto, irá ampliar o conceito de monumento histórico, englobando bens culturais diversos, sítios urbanos e rurais, o Setor Cultural tem a dimensão que, com base naquilo que se entendia enquanto patrimônio, a área delimitada para preservação “não comporta obras primas, nem possui conotações históricas memoráveis”, mas, “representa uma documentação do passado da cidade, exemplificando fases importantes de sua história” (*apud* Castro, Rodrigues dos Santos, 2021, np). Dessa forma, observamos que a partir de um discurso patrimonial, com o objetivo de alavancar o turismo e de propor ações de preservação daquilo que se entendia enquanto patrimônio de Curitiba, será eleito um ponto central na cidade como marco desse processo, culminando na criação de algumas instituições culturais para valorização deste setor histórico.

Figura 17: Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba.



Acervo Ippuc, ago. 1970

A partir das políticas destacadas, será então criado a Fundação Cultural de Curitiba (FCC), órgão que será responsável pela formulação da política cultural e a defesa do patrimônio histórico e artístico de Curitiba, implementando ações para a valorização turística no traçado delimitado como setor histórico, alocando neste espaço os Museus Paranaenses e de Arte Sacra, contando atualmente com outras instituições como a Casa da Memória, o Memorial Curitiba, Museu da Gravura, Museu da Fotografia, dentre outras. Além de ter criado a popular Feira de Artesanato de domingo, um dos principais eventos turísticos da cidade que ocorre atualmente. Importante destacar, como apresentado pelas autoras, que a Política de Preservação e Revitalização dos Setores Históricos-Tradicionais não prosseguiu na “definição de outras áreas de proteção, deixando de contemplar conjuntos urbanos também representativos no centro da cidade, como os da praça Tiradentes (marco zero de Curitiba) e das ruas XV de Novembro, Barão do Rio Branco e Comendador Araújo.” (Castro, Rodrigues dos Santos, 2021, n.p.). Locais este que, como vimos, tinha uma presença marcante das pequenas fábricas, principalmente na praça Tiradentes e na Rua XV de novembro. Acrescentamos outras áreas importantes para a história da cidade, como o bairro Rebouças, além de diversos espaços industriais e fabris abandonados a partir da criação da cidade industrial.

O processo de apagamento irá permanecer na medida em que outras políticas de preservação foram implementadas, como o Plano de Preservação do Acervo Cultural da Região Metropolitana de Curitiba – PPAC RMC, criado em 1977, que efetuou um levantamento em Curitiba de 365 exemplares representativos da produção arquitetônica de grupos de imigrantes nos séculos XVII ao XIX, dos quais não tinham relação com a memória industrial. Temos em 1979 a promulgação do Decreto 1.547 que criou o Setor Especial de Unidades de Interesse de Preservação – UIP, constituído por edificações que marcaram as tradições e a memória da cidade. Outro projeto foi a criação do Plano Reviver

Curitiba, realizando até os anos 1990 uma série de inventários sobre importantes bens culturais imóveis da cidade. Apesar de todas as práticas de preservação apresentada, o que observamos foi um constante descaso com o legado industrial que se desdobrarão, em alguns casos, em perdas de importantes espaços de memória que poderiam ter um melhor uso, dentro das propostas aqui analisadas, no que se refere a importância do patrimônio industrial, onde vemos diversas ações de preservação ressignificar os espaços, transformando-os em centros culturais, museus, ecomuseus, musealizando os territórios.

Diante da falta de políticas de proteção ao patrimônio industrial em Curitiba, buscamos entender os reflexos dessa ausência tanto no entendimento dos moradores sobre a importância simbólica desses espaços para a memória identitária de Curitiba quanto nos desdobramentos que acarretam na transformação do legado industrial em espaços comerciais ou templos religiosos, apagando por completo os bens significativos para a memória industrial curitibana.

O caso da Matte Leão: a fábrica que virou igreja

Para aprofundar nossa compreensão sobre a problemática da preservação de espaços industriais na cidade, optamos por analisar um local emblemático do passado industrial de Curitiba e conduzir 14 entrevistas breves com pessoas transeuntes de dentro e do entorno desses espaços, no intuito de entender qual a profundidade do reconhecimento e relevância histórica que os frequentadores têm acerca desse lugar, cenário de seus cotidianos. Nos referimos ao Templo Maior da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que ocupa o terreno onde anteriormente funcionava a Mate Leão Junior S/A. Com o propósito de compreender o valor patrimonial inerente a esses espaços, procederemos a uma síntese histórica relativa à empresa.

Figura 18: Impresso publicitário da indústria Leão Junior, 1928. Inaugurado em 1926, este engenho, como muitos, foi destruído por um incêndio. Nas suas imediações ficava a Vila Leão, 30 moradias destinadas aos funcionários da empresa. Hoje esse terreno é o quartel da polícia militar.



Fonte: acervo da Família Leão.

Figura 19: Engenho inaugurado no Rebouças. Década de 1940.



Fonte: Turistória

A Matte Leão Jr., fundada em 1901, decorrente da indústria ervateira, era uma das primeiras indústrias da cidade, vista, naquele período, como a maior e mais moderna do Brasil. Na década de 1920 liderou a produção de erva-mate no mundo, tornando-se protagonista do Ciclo da Erva-Mate. Depois de 106 anos comandada pela família Leão, foi fechada em 2007 quando a marca foi vendida para a Companhia Coca-Cola, deixando seu espaço à mercê, sem ganhar funcionalidade ou novos propósitos, até que no final do mesmo ano os herdeiros venderam a construção, já sucateada, para IURD. O argumento para o não bloqueio da prefeitura sobre a venda é que a mesma não teria condições de comprar e cuidar do edifício, além de que eles não esperavam sua demolição. O complexo foi demolido em 2011, causando uma lacuna histórica e paisagística para a cidade de Curitiba, sendo essa uma das maiores indústrias já inseridas no tecido urbano central da capital, além de ter proporcionado desenvolvimento econômico e social para toda região.

A demolição do histórico edifício é um reflexo da falta de políticas patrimoniais voltadas para o legado industrial na cidade de Curitiba. Devido a falta de proteção legal da construção, os proprietários escolheram a opção que lhes agradaram, uma vez que a prefeitura da cidade não tinha condições de cobrir o valor exorbitante oferecido pela IURD. Dessa forma, o imóvel foi vendido por cerca de R\$ 32 milhões, preço R\$ 7 milhões acima do valor de mercado (Bertoldi, 2010). Embora tenha sido vendida, os órgãos de preservação do município tinham a dimensão da importância desse espaço, porém sem o poder de intervenção legal, como ocorre em casos de tombamento. Isso porque, o IPPUC não promove o tombamento dos bens, apenas aplica “alertas” nas documentações referentes aos imóveis que são cadastrados como “unidades de interesse”, o que não proíbe a alteração dos prédios (Fernandez, 2011). O IPPUC recomendou apenas a preservação de dois sobrados, um antigo prédio administrativo da Matte Leão Jr. em *art déco*, que fica na quadra ao lado da antiga fábrica, além de alguns galpões. Mesmo preservados, seguem propriedades da IURD e, por isso, esses espaços seguem sem usos culturais.

Figura 20: Detalhe do *banner* da construção da nova igreja no topo da antiga fábrica.



Fonte: Blog Circulando por Curitiba

Figura 21: Fábrica sendo demolida depois de comprada pela IURD.



Foto: Arquivo Arquitetura

Figura 22: Templo Maior da Igreja Universal do Reino de Deus.



Foto: Os autores, 2023.

Devido à importância da fábrica Matte Leão no Rebouças, em distintos momentos foram desenvolvidas propostas de revitalização do espaço, mas que nunca se concretizaram. Destacamos a realizada pelo escritório do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, que foi governador do estado do Paraná durante dois mandatos e prefeito da capital Curitiba em três ocasiões. Reconhecido por mudar os rumos do planejamento urbano brasileiro com os projetos ambiciosos que implementou em Curitiba a partir dos anos 1970, o arquiteto reconhecia o potencial cultural do legado industrial do bairro Rebouças, principalmente da fábrica Matte Leão. Por isso, deu iniciativa no ano de 2003, após o fim do seu mandato, no projeto de revitalização da antiga fábrica. Um dos arquitetos responsáveis pela atualização e expansão do projeto em 2012, Felipe Guerra, destaca que a

iniciativa arquitetônica valorizava não só a importância da memória do Matte Leão para a história de Curitiba e do Paraná, mas também interagia com a paisagem urbana e industrial do Rebouças, numa espécie de mini-bairro que previa torres residenciais de oito pavimentos e um entorno comercial. (Guerra *apud* Nunes, 2017, n.p.)

Curitiba e o legado Industrial:
reflexões sobre o patrimônio industrial curitibano e a sua descaracterização.

Figura 23: Esboço foi atualizado em 2012 e previa área comercial no entorno de torres residenciais.



Foto: Divulgação | HAUS/ Gazeta do Povo

Figura 24: Esboço do projeto de uma livraria.



Foto: Divulgação | HAUS/ Gazeta do Povo

Figura 25: Esboço da praça de alimentação.



Foto: Divulgação | HAUS/ Gazeta do Povo

Segundo o arquiteto, houve uma tentativa do escritório pela aprovação do projeto, mas que devido ao aspecto financeiro, a família Leão optou pelo valor proposto pela IURD, demonstrando que a proteção do patrimônio em muitos casos deve ser uma iniciativa do estado, pois o interesse privado muitas vezes é pautado pelo lucro. Como o imóvel não era tombado, não houve qualquer possibilidade de intervenção na destruição da fábrica. Fato este que José Carlos Fernandes (2011) irá destacar que vai na própria contramão dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio curitibano. Conforme aponta o autor, a demolição da fábrica Matte Leão traz a luz a própria contradição do poder público, uma vez que a partir dos anos 2000, a prefeitura iniciou um projeto com o propósito de ocupar o bairro do Rebouças. Com isso, a sede da Fundação Cultural se mudou para um moinho no bairro com o objetivo de iniciar o projeto SoHo Rebouças, que assim como diversas outras experiências Sohos pelo mundo, propunha ações do espaço, atraindo investimentos, reduzindo a violência e conseqüentemente ampliando a ocupação do espaço público, atraindo artistas, estudantes, empresas. Obviamente que este movimento gera o processo de gentrificação desses espaços. Atenta a essa problemática, a população de Curitiba se organizou contra a implementação deste projeto e, principalmente, pela mudança do nome do bairro para SoHo Rebouças, assim como ocorreria em diversos outros, criando o movimento “SoHos Não”¹² que buscava se mobilizar pela valorização da identidade e história curitibanas¹³.

Figura 26: Contraste entre Fundação Cultural de Curitiba, a esquerda, e a IURD, a direita.



Fonte: Google Street View .

No bairro Rebouças, o projeto não vigorou, menos ainda a preservação do patrimônio industrial do bairro. Em meio aos impasses que envolviam a demolição da fábrica Matte Leão, a FCC, agora com sede em um edifício industrial, apresentou uma posição contra a demolição da fábrica, destacando o valor arquitetônico do imóvel, que foi corroborado pelo IPPUC, levando o órgão a oficializar no documento do imóvel a importância do edifício, porém de forma tardia (*Ibidem*). Conforme destacou o supervisor de planejamento a época, Ricardo Antonio Bindo, “a decisão sobre o destino da Matte Leão “mexeu com os nervos” de seu gabinete. Mas que se trata de um impasse antigo, sobre o qual teve de fazer uma escolha de Minerva (Bindo apud Fernandes, 2011, n.p). Se os órgãos municipais não puderam promover o tombamento da fábrica, parece que o IPHAN, por meio da sua representação regional, tão pouco se envolveu no

12 Página no Facebook criada pelo movimento: <http://bit.ly/48kF8dT>

13 Matéria sobre a implementação do projeto SoHo, demonstrando o descontentamento da população : <https://bit.ly/3tQIXqC>

caso, ou viu com interesse o patrimônio industrial no estado como elemento simbólico da identidade local a ser preservado. Como podemos observar no relato do superintendente estadual do IPHAN no ano de 2011 diante da demolição da fábrica:

O superintendente estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, José La Pastina, lembra dos atentados em série à memória fabril em Curitiba, do qual o episódio Matte Leão, reconhece, é um dos mais lastimáveis. Ele cita o desaparecimento das fábricas de massas, como a Todeschini; e as de móveis, como a Cimo. E se confessa pouco otimista. “Eu diria que a proteção fabril estagnou.” (La Pastina *apud* Fernandes, 2011, n.p.)

Como observamos, “a proteção fabril estagnou” e ainda permanece estagnada. E mesmo que haja esse descaso, o universo fabril parece figurar no imaginário da população curitibana, que em muitos casos afirmam a importância da preservação desses espaços, seja por sua importância histórica, cultural e/ou identitária. Foi possível perceber essa relação a partir de algumas entrevistas realizadas com pessoas em volta da IURD. Na conversa com um grupo de adolescentes que estudam no Instituto Federal do Paraná - Campus Curitiba, imóvel que também pertencia a fábrica Matte Leão, notamos que embora adolescentes, reconhecem que onde hoje se encontra a IURD existia a fábrica de Matte e que ela deveria ter sido preservada para a valorização da história local. Refletem um descaso que existe no próprio prédio do Instituto, que ainda mantém uma série de documentos da antiga fábrica que estão guardados sem qualquer tipo de tratamento ou pesquisa. Como relata a estudante S. de 17 anos: “tem um projeto que analisa todos os documentos da Matte, participei desse projeto. A gente tem esse projeto, do professor de História, mas ele praticamente é o único que se importa” (S. 2023).

Um morador de Rebouças, Rodrigo, de 33 anos, descreve todo o processo de descaracterização da fábrica, lamentando que apenas uma fachada ficou de lembrança:

Naquela quadra não ficou nada, agora são áreas administrativas da igreja. O que restou da fábrica foi a fachada aqui, dessa esquina, que fica algo assim, que fica de lembrança, mas nas demais dependências virou estacionamento, como vocês podem ver, lá no fundo uma quadra esportiva, ali no campo auditório e salas administrativas. (R., 2023).

Além da descrição do que se tornou a fábrica Matte Leão, é interessante notar na fala do morador a dimensão que o mesmo tem da importância da preservação do patrimônio industrial e toda a materialidade e imaterialidade que envolve essa tipologia patrimonial. Atento à historicidade dos objetos, as dimensões da importância dos maquinários, equipamentos, registros fotográficos, expressa a importância de se preservar as histórias das fábricas de Curitiba.

Sim, é bacana saber essas informações. E assim, eu acredito que a melhor maneira, como hoje tudo é digital, é realmente ter a parte digital, fotos e tal. E se tem algo assim físico, alguma coisa, talvez alguma peça que era usada, alguma máquina que era usada na fábrica, daí teria que ver com, talvez com os, digamos assim, os proprietários da fábrica hoje em dia, se eles têm alguma informação sobre isso, se eles têm algum lugar guardado, né? Por exemplo, antes de ser construído aqui, antes de ficar abandonado, no caso, foi removido provavelmente, máquinas, equipamento. (RODRIGO., 2023)

Outro morador do Rebouças, Plínio, de 54 anos, além da importância da fábrica, entende o próprio bairro como uma herança importante do legado industrial que deveria ser preservado. Envolve a memória do bairro com a dos irmãos Rebouças, reconhecendo em sua fala a importância dos irmãos, não só pelos trabalhos como engenheiros, mas também pelas suas articulações no movimento abolicionista.

esse terreno onde vocês estão aqui, ele é... Aqui é a cidade... Aqui é a primeira cidade industrial de Curitiba. Então, se você perceber, tem um trilho de trem que passa aqui e ele vai correr. Foi feito pelos irmãos Rebouças. Não me recordo a data certa, mas mais de 100 anos atrás. Por quê? Porque aqui era um plano zero. Aqui não existia nada... Os Irmãos Rebouças foram dois irmãos negros, abolicionistas, baianos, que construíram a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Eles fizeram essa região aqui. (Plínio, 2023)

A dimensão valorativa do bairro Rebouças e principalmente da fábrica Matte Leão relevam esse aspecto do patrimônio ligado a identidade dos grupos sociais, garantindo a preservação de sua memória e da cultura, conferindo-lhe identidade e alteridade, aqui pensada na memória do trabalho. Aspectos que em muitos casos são preservados a partir de políticas públicas que, como observamos, são ausentes na cidade de Curitiba, quando se trata do legado industrial. Um dos entrevistados, Jacson, de 28 anos, compreende a importância do tombamento, que deveria ocorrer na fábrica da Matte Leão, pois assim não seria derrubada. Nos apresenta que existe um prédio tombado próximo a igreja, “É aqui do outro lado da rua, né? Que o prédio ele foi... Ele é tombado, acho que é patrimônio histórico. Ele não pode destruir, mantiveram.” (Jacson, 2023). Justamente por isso, acredita que parte da memória da fábrica, seus objetos, documentos, poderiam ter sido guardados dentro de um espaço museológico. Ou em suas palavras: “dentro de um museu, alguma coisa assim, seria bem interessante.” Isso porque, para o morador “é legal esse tema histórico, ver de onde, o que foi, o que era antigamente nessa rua, o que era antigamente nessa praça, o que foi...” (Ibidem)

Uma trabalhadora da igreja onde se encontrava a fábrica faz um importante relato que diz muito sobre os descasos envolvendo a preservação dos patrimônios industriais. Ao ser questionada se a fábrica deveria ter sido preservada, responde de forma sincera o que vemos ocorrer em diversas situações quando se trata de uma ausência de interesse público, de investimento, nos espaços considerados de importância patrimonial. O que conseqüentemente faz com que a iniciativa privada se aproprie desses bens, resultando no apagamento de memórias.

Eu acho que a fábrica estava bem falida, né? E também pelas histórias que a minha mãe contou, ninguém queria pegar o local devido aos valores. Segundo ela, né, estava bem-acabada, né? Tanto a reputação quanto a fábrica em si. Então, tipo, ninguém queria nada com nada mais, né? Tipo assim, a Matte Leão é conhecida pelo nome, mas o local ninguém queria comprar, ninguém queria valorizar, ia ficar talvez que nem os esqueletos que hoje em dia tem ali, que a prefeitura quer conservar, mas não conserva, não pinta, não arruma, não coloca nada lá dentro. Ficam os esqueletos porque o negócio fica caído, demolido e ninguém faz nada, que nem tem aqui atrás, tem esse galpão gigante ali. Então, assim, acredito que ninguém queria preservar. O nome todo mundo queria, mas preservar o local, ninguém queria preservar. Então, acredito que a igreja pegou essa oportunidade, né? (B., 2023)

Mesmo que no discurso transpareça que a igreja ficou com o imóvel porque ninguém tinha interesse, vimos que se refere ao valor elevado oferecido pela IURD. Porém, o descaso demonstrado pela entrevistada revela esse aspecto de abandono que comumente vemos ocorrer por falta de vontade política. Muitas vezes, prédios abandonados pela burocracia que poderia funcionar como museus, centros culturais, áreas de lazer etc. De fato, a fábrica Matte Leão vem anos sofrendo um processo de abandono, o que culminou na sua venda e destruição, acarretando o apagamento de mais um importante espaço da memória industrial da cidade de Curitiba.

Considerações Finais

O estudo do patrimônio industrial revela-se como um campo de análise vasto e significativo. A conservação desses locais industriais não apenas resguarda a memória e a história local, mas também homenageia os esforços dos trabalhadores que contribuíram para seu desenvolvimento. Contudo, essa importância ainda não é plenamente reconhecida pelos órgãos de proteção patrimonial no Brasil, carecendo de uma representatividade adequada. É evidente que, para superar os desafios identificados neste estudo, é fundamental questionar e reformular a concepção tradicional de patrimônio. Essa concepção, frequentemente centrada em critérios estéticos e permeada por uma perspectiva histórica elitista, tende a negligenciar a riqueza e a complexidade das histórias industriais, como é o caso de Curitiba, onde essa abordagem pode resultar no esquecimento da contribuição dos trabalhadores. Ao longo do século XX, o patrimônio industrial emergiu como uma categoria patrimonial relevante, refletindo transformações nas formas de valorização cultural. Ele “encapsula” as memórias do desenvolvimento territorial, as mudanças na paisagem urbana e as vivências dos trabalhadores industriais. Mais do que simplesmente um conjunto de estruturas físicas, esse patrimônio representa um testemunho histórico das atividades humanas, materializando experiências e registrando a trajetória social dos trabalhadores e suas contribuições para a sociedade.

Em relação à cidade de Curitiba, a urgência dessa discussão se amplifica, dada a insuficiente atenção que os órgãos governamentais e de proteção têm dedicado ao patrimônio industrial. Assim, este estudo se propôs a iluminar o patrimônio industrial curitibano, valorizando seu significado cultural e patrimonial e sublinhando que sua preservação é essencial para a manutenção da história da cidade. Ao examinar o contexto histórico, evidenciamos que a configuração territorial de Curitiba está profundamente entrelaçada com seu processo de industrialização. Além disso, os residentes de bairros como Rebouças reconhecem a relevância histórica desses locais e a imperatividade de sua conservação para manter viva a memória local. O estudo de caso da fábrica Matte Leão exemplifica os desafios frequentemente enfrentados na preservação do patrimônio cultural, destacando conflitos entre interesses públicos e privados e a necessidade de uma intervenção mais proativa dos órgãos de proteção. Nesse contexto, torna-se imperativo fomentar o reconhecimento dos valores intrínsecos aos patrimônios industriais e adotar uma perspectiva de patrimônio construído e pertencente às comunidades locais. Como demonstrado em nossa análise, essas comunidades reconhecem a importância histórica do legado industrial. Os sítios industriais não apenas desempenham um papel central no desenvolvimento territorial e comunitário de Curitiba, mas também emergem

como poderosos símbolos de identidade e memória para as comunidades circundantes.

Referências

BERTOLDI, André. 2010. Fábrica da Matte Leão será templo da Universal. *Folha de Londrina*. 02 de junho de 2010. <https://bit.ly/3S35Z8q>

BOSCHILIA, Roseli. *Entre Fitas, Bolachas e Caixas de Fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: [s. n.], 2010. 204 p.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRULON, B. *A Invenção do Ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-Les-Mines e a prática da Museologia experimental*. *Mana*, v. 21, n. 2, p. 267–295, ago. 2015.

CARANDINI, Andrea. *Archeologia e Cultura Materiale*. Bari: De Donato, 1979.

Carta de nizhny tagil sobre o patrimônio industrial. Disponível em : <<https://bit.ly/47qxWeV>>. Acesso em 11 mai. 2024.

Carta de Veneza. Disponível em: < <https://bit.ly/47qxY6x>>. Acesso em 11 mai. 2024.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Elizabeth Amorim de; RODRIGUES DOS SANTOS, Maria da Graça. Trajetória da preservação do patrimônio cultural em Curitiba. Um relato de inovações, avanços e simplificações Políticas de preservação em Curitiba: fundamentos e práticas (parte 2). *Arquitextos*. n. 254.07 ano 22, ago. 2021.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

Da Redação. 2014. “Soho” não é palavrão. *Gazeta do Povo*. 24 de março de 2014. <https://bit.ly/3H8yg7g>

DEFESTANI. Cid. O barão do mate do Batel. Nostalgia. *Gazeta do Povo*. 18 de mai. de 2013. <https://bit.ly/48mWfLW> .

FABRE, Daniel. Le patrimoine porté par l’émotion. In: FABRE, Daniel (dir.). *Émotions patrimoniales*. Nouvelle édition [enligne]. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 2016, P 13 – 100.

FELIPE, D.A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. *Revista de História da UEG*, v. 7, n. 1, p. 156-171, 4 set. 2018.

Curitiba e o legado Industrial:
reflexões sobre o patrimônio industrial curitibano e a sua descaracterização.

FERNANDES, José. 2011. Sem defesa, fábrica da Matte Leão começa a ser demolida. *Gazeta do Povo*. 06 de abril de 2011. <https://bit.ly/48FTaqd>

FLORENZANO, Iaskara Souza. *Rebouças: um olhar sobre o patrimônio industrial do Rebouças*. Curitiba: [s. n.], 2022. 240 p.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1976.

HEINICH, N. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? *PROA Revista de Antropologia e Arte*, v. 1, n. 5, 1 dez. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *Memória da Curitiba urbana 7: planejamento urbano, concepção e prática*. Curitiba, PR: IPPUC, 1991. 320 p. (Depoimento Ed. FTD), 7).

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. IPHAN, São Paulo, 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LOEFFLER, Walli. *Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970*. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MATOS, A. C. de; SAMPAIO, M. da L. Patrimônio industrial e museologia em Portugal. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 3, n. 5, 2014.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *Anais do I Seminário História Internacional do Tempo Presente*. Florianópolis, Santa Catarina, 2011. p. 1819-1834.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001. 107 p.

NEVES, Silvana Cláudia. *Patrimônio industrial como recurso turístico na cidade do Porto*. A Fábrica Social/Fundação José Rodrigues. Dissertação. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de: Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, 1993.

NUNES, André. 2017. Projeto alternativo de Jaime Lerner poderia ter salvo o imóvel da Matte Leão. *Haus/ Gazeta do Povo*. 14 de dezembro de 2017. <https://bit.ly/48JDRwP>

OLIVEIRA, E.R. Arquitetura Industrial, patrimônio industrial e sua difusão cultural. In: FUNARI, P.P.A.; CAMPOS, J.B.; RODRIGUES, M.H.S.G. (Org.). *Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais*. Criciúma: UNESP, 2015. v.1, p.197-226.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. A cultura industrial como herança: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização “tardia” no Brasil. *Oculum Ensaios*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 311–330, 2017.

OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Coleção História do Paraná textos introdutórios. 2. ed. eletrônica Curitiba: Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, 2001.

RAIHER, Augusta Pelinski. Desenvolvimento Industrial Do Paraná E O Programa Paraná Competitivo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, [S. l.], v. 42, n. 140, 2022.

RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Tradução Daniel Wiczorek. Paris: Seuil, 1984.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Curitiba e à província de Santa Catarina*. São Paulo: Itatiaia, 1978. 209 p. (Coleção Reconquista do Brasil; 9).

SILVA, André Fabrício. *Alicerces do Patrimônio: Rodrigo Melo Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1945)*. 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ZANIRATO, Silvia Helena. *O Patrimônio Cultural em cidades novas. Leituras da Política Patrimonial Paranaense*. Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Londrina-PR. 13 a 16 de outubro de 2009

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Revista CPC (USP)*, v. 13, n. jan/set. 2018, p. 07-33.

VICTOR, Nestor. *A Terra do Futuro*. 2. ed. atual. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

Recebido em maio de 2024.
Aprovado em novembro de 2024.